

Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

v. 98

n. 123

São Paulo

terça-feira, 5 de julho de 1988

PODER EXECUTIVO

LEIS

LEI N.º 6.171, DE 4 DE JULHO DE 1988

(Projeto de lei n.º 666/87, do deputado Jairo Mattos)

Dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — O solo agrícola é patrimônio da humanidade, e por conseqüência, cabe aos responsáveis pelo seu uso a obrigatoriedade de conservá-lo.

§ 1.º — Considera-se solo agrícola para os efeitos desta lei, na utilização, exploração e manejo do solo agrícola a superfície de terra utilizada para exploração agro-silvo-pastoril.

§ 2.º — Entende-se por conservação do solo a manutenção e melhoramento de sua capacidade produtiva.

§ 3.º — As omissões e ações contrárias às disposições desta lei, na utilização, exploração e manejo do solo agrícola são consideradas danosas ao patrimônio do Estado de São Paulo.

Artigo 2.º — A utilização e manejo do solo agrícola serão executados mediante planejamento embasado na capacidade de uso das terras de acordo com as técnicas agronômicas conservacionistas correspondentes.

Parágrafo único — Fica o Estado de São Paulo, representado por sua Secretaria da Agricultura, através de corpo técnico de cada unidade das Casas da Agricultura existentes em seus diversos municípios, incumbido de determinar a capacidade de uso das glebas de terras existentes na respectiva jurisdição municipal e definir a tecnologia ajustada a controlar a erosão e outras formas de depauperamento do solo agrícola, de modo a mantê-lo permanentemente produtivo.

Artigo 3.º — O planejamento e execução do uso adequado do solo agrícola será feito independentemente de divisões ou limites de propriedade, sobrelevando-se sempre o interesse público.

§ 1.º — Entende-se por uso adequado a adoção de um conjunto de práticas e procedimentos que visem a conservação, melhoramento e recuperação do solo agrícola, atendendo a função sócio-econômica da propriedade rural e da região.

§ 2.º — O conjunto de práticas e procedimentos serão definidos nos níveis municipal e estadual em consonância com a legislação federal, permitindo-se a participação nos três níveis geopolíticos, em função da grandeza, desenvolvimento e execução desses trabalhos em áreas que se subordinam a esses poderes.

Artigo 4.º — Consideram-se de interesse público, para fins de exploração do solo agrícola, todos os trabalhos, leis, normas e medidas exequíveis que proponham:

I — aproveitamento adequado e conservação das águas em todas as suas formas;

II — o controle da erosão do solo em todas as suas formas;

III — evitar processos de desertificação;

IV — evitar assoreamento de cursos de água e bacias de acumulação;

V — fixar dunas, taludes e escarpas naturais ou artificiais;

VI — evitar a prática de queimadas, tolerando-as, somente, quando amparadas por lei específica;

VII — evitar o desmatamento das áreas impróprias para exploração agro-silvo-pastoril e promover a possível vegetação permanente nessas áreas, caso estejam desmatadas;

VIII — recuperar, manter e melhorar as características físicas, químicas e biológicas do solo agrícola;

IX — adequar a locação, construção e manutenção de barragens, estradas, carreadores, caminhos, canais de irrigação, prados escoadouros aos princípios conservacionistas.

Parágrafo único — Nos loteamentos destinados ao uso agro-silvo-pastoril em planos de colonização, redivisão ou reforma agrária, deverão ser obedecidos um planejamento de uso adequado do solo e a divisão em lotes, de forma a permitir o adequado manejo das águas de escoamento que possibilitem a implantação de plano integrado de conservação do solo a nível de bacias hidrográficas, quer sejam pequenas médias ou grandes.

Artigo 5.º — Ao poder público estadual compete:

I — ditar a política do uso racional do solo agrícola, instituído pelo Programa Estadual da Conservação do Solo e Água da Secretaria da Agricultura;

II — vetado;

III — disciplinar a ocupação e uso do solo agrícola de acordo com a classificação de capacidade de uso das terras, respeitando a sua vocação para as espécies a serem produzidas;

IV — adotar e difundir métodos tecnológicos que visem o melhor aproveitamento do solo agrícola e o aumento da produtividade;

V — exigir planos mínimos e simples, técnicos e exequíveis de conservação do solo e da água para todas as propriedades agrícolas do Estado e da iniciativa privada em exploração no meio rural;

VI — avaliar a cada 5 (cinco) anos a eficiência agrônômica, recomendando as compensações necessárias para sua atualização tecnológica bem como pesquisas e utilização de máquinas e implementos adequados ao bom uso de manejo do solo agrícola;

VII — disciplinar a utilização de quaisquer produtos químicos, físicos ou biológicos que prejudiquem o equilíbrio ecológico do solo agrícola, ou interfiram na qualidade natural da água;

VIII — atuar em harmonia com os governos federal e municipais nas ações pertinentes à permanente conservação do solo e da água;

IX — preconizar, em conjunto com os poderes públicos municipais, em função das peculiaridades locais o emprego de normas conservacionistas especiais que atendam condições excepcionais de manejo do solo agrícola e da água, incluindo-se neste caso os problemas relacionados com a erosão em áreas urbanas e suburbanas;

X — promover, em conjunto com os poderes públicos municipais e federais, as suas expensas, a recuperação de áreas que julgar conveniente, quer pertençam ao poder público ou a particulares desde que comprovado o indiscutível interesse social ou de segurança pública;

XI — fiscalizar e fazer cumprir as disposições da presente lei.

Artigo 6.º — Vetado.

Parágrafo único — Vetado.

Artigo 7.º — Todas as propriedades agrícolas, públicas ou privadas, ficam obrigadas a receber as águas de escoamento das estradas desde que tecnicamente conduzidas, podendo essas águas atravessar tantas quantas forem outras propriedades a jusante, até que essas águas sejam moderadamente absorvidas pelas terras ou seu excesso despejado em manancial receptor natural.

Parágrafo único — Não haverá em hipótese alguma indenização pela área ocupada pelos canais de escoamento do prado escoadouro revestido especialmente para esse fim.

Artigo 8.º — As entidades públicas e privadas que utilizam o solo ou sub-solo em áreas rurais, só poderão continuar sua exploração ou funcionamento desde que se comprometam, através de planos quinquenais, demonstrar sua capacidade de explorá-las convenientemente, obrigando-se a recompor a área já explorada com sistematização, viabilizando-se a vestimenta vegetal e práticas conservacionistas que evitem desmoração, erosão, assoreamento, contaminação, rejeitos, depósitos e outros danos, sob pena de responsabilidade civil e penal pela inobservância destas normas.

Artigo 9.º — Vetado.

Parágrafo único — Vetado.

Artigo 10 — Na admissão de engenheiros agrônomos, a Secretaria da Agricultura deverá obrigatoriamente incluir testes de conhecimentos mínimos necessários para que os contratados tenham condições de orientar todos os interessados no cumprimento desta lei.

Artigo 11 — Para os fins de aplicação desta lei qualquer interessado em condições de colaborar gratuitamente ou por dever de ofício com os poderes públicos terá acesso preferencial aos órgãos de informações, experimentação, educação e pesquisa do Estado, relacionado com essa área de trabalho.

Artigo 12 — Toda pessoa física ou jurídica que, de alguma forma, contribuir para o cumprimento desta lei será considerada prestadora de relevantes serviços e, a critério das Secretarias da Educação e Agricultura, aqueles que especialmente se destacarem, farão jus a um certificado comprobatório de sua participação.

Parágrafo único — Os portadores do certificado comprobatório a que se refere este artigo terão seus nomes publicados no Diário Oficial do Estado, podendo ainda, pleitear as seguintes vantagens:

1 — prioridade para obtenção de financiamento através de entidades financeiras do Estado destinado a empreendimentos agro-silvo-pastoris;

2 — prioridade no atendimento por parte dos institutos de pesquisa, educação e experimentação dos serviços do Estado no que concerne aos problemas agro-silvo-pastoris;

3 — prioridade para instalação em áreas de sua propriedade, de campos oficiais de demonstração e produção de mudas, sementes e produtos horti-fruti-granjeiros;

4 — prioridade para receber, gratuitamente, dos órgãos oficiais, projetos que se destinem a:

a) eletrificação rural;

b) perfuração de poços profundos; e

c) orientação no controle de poluição rural.

5 — aos arrendatários, a possibilidade de adquirir, prioritariamente, com financiamentos oficiais, as terras que estejam cultivando.

Artigo 13 — Os proprietários das 5 (cinco) melhores propriedades de cada município, considerados destaques no aprimoramento do trabalho conservacionista, desenvolvido num período mínimo de 5 (cinco) anos, em concurso promovido pela Secretaria da Agricultura, receberão o troféu "Protetor do Solo".

Artigo 14 — As disposições constantes desta lei se tornarão de cumprimento obrigatório a partir do 5.º (quinto) ano da data de sua promulgação, sujeitando-se os infratores às penalidades a seguir enunciadas, independentemente daquelas já previstas em legislação específica:

I — publicação no Diário Oficial do Estado dos nomes dos proprietários e de suas respectivas propriedades que desrespeitaram as presentes normas;

II — autorização para que o Estado realize os serviços mínimos indispensáveis à conservação do solo, debitando-se do proprietário os custos dos serviços executados;

III — expropriação pelo Estado de parte ou de toda a propriedade para fins de benefício público.

§ 1.º — As penalidades acima referidas incidirão sobre os autores sejam eles, arrendatários, parceiros, posseiros, gerentes, técnico responsável, administradores, diretores, promitentes compradores ou proprietários de área agro-silvo-pastoril, ainda que praticadas por prepostos ou subordinados e no interesse dos preponentes ou superiores hierárquicos.

§ 2.º — O servidor ou funcionário da administração direta ou indireta do Estado incumbido da fiscalização, orientação e cumprimento desta lei será responsabilizado administrativamente, civil e penalmente por sua omissão, desídia ou favorecimento ilícito.

Artigo 15 — Fica o Governo do Estado, com orientação da Secretaria da Agricultura, autorizado a financiar todo e qualquer projeto agro-silvo-pastoril, elaborado por empresas especializadas, engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas, visando a prática do uso e conservação do solo agrícola no Estado de São Paulo.

Artigo 16 — A observância das normas desta lei se fará sem prejuízo da observância de outras, mais restritivas, previstas na legislação federal, estadual e municipal.

Artigo 17 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 4 de julho de 1988.

ORESTES QUÉRCIA

Mário Sérgio Duarte Garcia, Secretário da Justiça

Antonio Tidei de Lima, Secretário da Agricultura

Chopin Tavares de Lima, Secretário da Educação

Antonio Carlos Mesquita, Secretário do Governo

Jorge Wilhelm, Secretário do Meio Ambiente

Ary Kara José, Secretário de Assuntos Fundiários

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 4 de julho de 1988.

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI N.º 666/87

São Paulo, 4 de julho de 1988

A — n.º 115/88

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os fins de direito, que, nos termos do artigo 26, combinado com o artigo 34, inciso III, da Constituição do Estado, resolvo vetar, parcialmente, o Projeto de lei n.º 666, de 1987, aprovado por essa nobre Assembléia, conforme Autógrafo n.º 19.518, por mim recebido, pelas razões a seguir expostas.

De iniciativa parlamentar, a propositura dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola e dá outras providências.

Reconheço os elogiáveis propósitos que inspiraram o legislador paulista, em seu intento de assegurar a utilização racional dos recursos naturais renováveis, estimulando a adoção de práticas conservacionistas no uso e exploração do solo agrícola. Em meu Governo, aliás, tal objetivo constitui meta prioritária, que não foi e não será jamais descurada.

Assim, minha oposição se circunscreve às disposições contidas no inciso II do artigo 5.º, no artigo 6.º e seu parágrafo único e no artigo 9.º e seu parágrafo único da propositura.

AGENDA DO GOVERNADOR

Dia 5 de julho — Terça-feira

| | |
|-----|--|
| 9h | Audiências aos Senhores Deputados Estaduais. |
| 16h | Embaixador da Holanda, Sr. Hubert Joseph Sevenaer. |
| 17h | Secretário da Segurança Pública, Dr. Luiz Antonio Fleury Filho. |
| 18h | Presidente da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, Dr. Nilo Masini. |

Seção I

Esta edição de 56 páginas contém os atos normativos e de interesse geral.

| | | | |
|-------------------------|----|-----------------------------|----|
| Secretarias..... | 2 | Concursos..... | 28 |
| Universidades..... | 21 | Assembléia Legislativa..... | 44 |
| Ministério Público..... | 22 | Diário dos Municípios..... | 51 |
| Tribunal de Contas..... | 23 | Prefeituras..... | 51 |
| Ediciais..... | 26 | Boletim Federal..... | 53 |